

O CASTELO DE COINA-A-VELHA.

NOTAS A PROPÓSITO DE DUAS PLANTAS ANTIGAS

Isabel Cristina F. Fernandes

GEsOS-CMP / IEM-NOVA / CIDEHUS-UÉ
isacrisff@gmail.com

Mário Jorge Barroca

FLUP / CITCEM
mbarroca@letras.up.pt

João Luís Cardoso

UAb / Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO) /
ICArEHB (UAlg)
cardoso18@netvisao.pt

ABSTRACT

Taking as a pretext the publication of two graphic documents concerning the forgotten *Hisn* of Coina-a-Velha (S. Lourenço de Azeitão), the authors synthesize the available information about this medieval fortification, in its Islamic and Christian course. Although the testimonies of occupation are more remote, the architectural structure reveals a castle built by Muslim forces, around the 9th or 10th century, which survived after being incorporated into the space of the Christian kingdom. The last military events occurred in 1184 and 1191, both with harsh consequences on the fortification, which must have been definitively abandoned in the early 13th century.

Keywords: Arrábida Peninsula; Coina-a-Velha; *Hisn*; Islamic Castle; Christian Castle.

RESUMO

Tomando como pretexto a publicação de dois documentos gráficos relativos ao esquecido *Hisn* de Coina-a-Velha (S. Lourenço de Azeitão), os autores sintetizam as informações disponíveis sobre esta fortificação medieval, no seu percurso islâmico e cristão. Apesar de os testemunhos de ocupação serem mais remotos, a estrutura arquitectónica revela-nos um castelo erguido pelas forças muçulmanas, por volta do século IX ou X, que sobreviveu depois de ter sido incorporada no espaço do reino cristão. Os derradeiros eventos militares ocorreram em 1184 e 1191, ambos com duras consequências na fortificação, a qual deve ter sido definitivamente abandonada nos inícios do século XIII.

Palavras chave: Península da Arrábida; Coina-a-Velha; *Hisn*; Castelo Islâmico; Castelo Cristão.

1. INTRODUÇÃO

A importância arqueológica de Coina-a-Velha espelha a relevância que este sítio teve desde a Antiguidade até, pelo menos, aos primeiros tempos da Nacionalidade. Com efeito, José Leite de Vasconcelos (in RASTEIRO 1897: p. 7) e Jorge de Alarcão (ALARCÃO 1988: vol. II, fasc. 2, n.º 5/287, p. 127; ALARCÃO e BARROCA 2012: s.v. Equabona, p. 143) sugeriram que *Equabona*, povoação mencionada no *Itinerário de Antonino*, correspondesse a Coina. No entanto, essa correspondência seria com a actual povoação de Coina (Palhais, Barreiro), onde há notícias do aparecimento de mosaicos romanos, e não com Coina-a-Velha (S. Lourenço de Azeitão). Em todo o caso, o espólio romano registado em visitas a este último local, em 1985 (QUINTELA, CARDOSO e MASCARENHAS 1986) e em 1996 (FERNANDES 2004: p. 58), veio confirmar uma ocupação deste período. Posteriormente, Coina-a-Velha foi um *Hisn* islâmico, na órbita de Palmela e de Almada. A sua implantação relaciona-se com a via romana e medieval, permitindo controlar os movimentos entre a zona de Alcácer e Palmela e a área de Sesimbra e de Almada, bem como os movimentos oriundos do Portinho da Arrábida (Fig. 1 e Fig. 2).

2. O HISN DE COINA: O PERCURSO NO PERÍODO ISLÂMICO

O território da região da Arrábida em época islâmica – o Monte dos *Banū Benamocer* ou *al-Rābita* (La Description... 1953: p. 90) –, terá mantido a atractividade proporcionada pelos recursos dos rios Sado e Tejo e pela fertilidade dos vales estuarinos. As dinâmicas industriais, agrícolas e mercantis do período romano, se bem que em declínio a partir do século IV, marcaram fortemente a região. Se a instabilidade, acentuada entre os séculos V e IX, conduziu a uma deslocação das comunidades para as elevações da Pré-Arrábida, estamos em crer que uma componente populacional autóctone conservou práticas de exploração mista, dos proventos da terra e do mar. A instalação de comunidades berberes, sobretudo a partir do século IX, terá motivado a intensificação da exploração agrícola, particularmente de regadio, mas não terá desprezado alguns contributos que a proximidade marítima lhe poderia trazer. É o que se depreende dos registos arqueológicos das cumeadas da Serra do Louro e da Serra de S. Francisco, com ocupações muçulmanas que legendam o aproveitamento dos recursos agrícolas e de pastoreio, mas também os do estuário do Sado (FERNANDES 2004: p. 42-45; 2005: p. 48-50). A toponímia da região evidencia a ligação à água e subsistem vestígios de nascentes e outros tipos de “olhos de água”. Uma das explorações apreciadas era do âmbar, a que alude a designação do estuário do Sado, *jawn al-‘anbarī*, e que aparece propagandeada por *al-Rāzī*, que nos relata ser o litoral de Lisboa fornecedor de âmbar de boa qualidade, não inferior ao âmbar indiano (La Description ... 1953: p. 91). A arqueologia forneceu, no sítio rural do Alto da Queimada (Serra do Louro, Palmela), vestígios de cachalote, tipo de cetáceo que segregava o precioso âmbar cinzento, embora se explorasse também e sobretudo a resina fóssil (FERNANDES 2005: 49).

A navegabilidade dos dois grandes rios complementava-se com a de vários afluentes que, terra adentro, justificavam a existência de portos fluviais com efectiva serventia no transporte de mercadorias e gentes. A proximidade de Lisboa (*al-Ushbūna*) é outro aspecto a relevar, pela importância económica deste núcleo urbano que, depois de algum tempo de esmorecimento, progrediu de forma pujante a partir do século XI. Ora, a comunicação entre os estuários dos rios Sado (*Wādi Šatūbar*) e Tejo (*Wādi Tājuh*), por razões comerciais, políticas e militares, era determinante. Fazia-se por via marítima, junto ao Cabo Espichel e à arriba da Caparica, apoiada por pequenos ancoradouros, ou pelo interior, ao longo dos sapais de Coina e da Moita. Observe-se o mapa esboçado a partir da *Carta Topográfica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, da autoria do Major José Maria Neves da Costa, de 1816 (Real Arquivo Militar) (Fig. 3), através do qual melhor se compreende a posição de charneira de Coina-a-Velha, entre Palmela e Sesimbra, e a sua relação com a principal linha

de água na ligação Sado-Tejo, a Ribeira de Coina. Os topónimos “porto” e “portela”, a definir as funcionalidades já referidas, acompanham o principal curso fluvial e, junto a Coina-a-Velha, o afluente Ribeira de Alambre, que bordejava a colina do castelo, remete-nos uma vez mais para a exploração do âmbar cinzento. Na documentação dos séculos XIII e XIV do Mosteiro de Santos está bem patente que se manteve e provavelmente se intensificou a importância do porto de Coina, na ligação a Lisboa (VARGAS 2017: p. 22; 36-38).

Por outro lado, o *Hisn* de Coina-a-Velha, pela sua localização, de uma interioridade vantajosa, não poderia deixar de ser parte da estruturação territorial estabelecida pelo poder omíada. Dotada de estruturas defensiva e portuária, desempenharia o duplo papel de polo agrário e centro distribuidor no contexto do abastecimento interestuarino.

Essa organização territorial implementou-se sobretudo no período califal, no seio da política centralizadora de *‘Abd al-Raḥmān III*, que sujeitou a região a novos ditames administrativos, fiscais e militares, com governo regional sediado em Alcácer do Sal (*Qaṣr Abī Dānis*). Assim, no século X, a governança do conjunto montanhoso da Arrábida e da Pré-Arrábida (Palmela, Coina-a-Velha e Sesimbra), estaria nas mãos de um *‘āmil* da família berbere das *Banū Dānis*, enquanto representante nomeado por Córdova e na sua directa dependência (PICARD e FERNANDES 1999: p. 72-73; PICARD 2000: p. 217).

Em termos defensivos, Coina-a-Velha integrava necessariamente o sistema de vigilância definido pelos vários castelos desta península, ou seja, Palmela (*Bālmalla*), Sesimbra e Almada (*al-Madin*) (PICARD e FERNANDES 1999: p. 85-86), para além do recurso a pontos intermédios de observação – torres de vigia, atalaias –, de que se têm registado testemunhos. A vigilância activa, muitas vezes configurada em práticas de *ribāṭ*, justificava-se largamente no período omíada, seja pelas convulsões intestinas da *fitna* do século IX, seja pelas ofensivas de cristãos do norte, ou de muladis, ou ainda pelas incursões normandas que assolaram a costa atlântica entre Lisboa e Alcácer (PICARD 1997: p. 179; LÉVI-PROVENÇAL 1996: p. 155). Em períodos posteriores, os motivos de insegurança mantiveram-se, incrementados a partir da chegada de almorávidas e almôadas e motivadores da implementação de múltiplas estratégias de guerra, com a construção e remodelação de fortalezas, a activação de novos sítios de *ribāṭ* e o reforço das forças navais (FERNANDES 2015: p. 75-85).

3. O HISN DE COINA: O PERCURSO NO PERÍODO CRISTÃO

As ruínas do *Hisn* ou castelo de Coina-a-Velha encontram-se nas imediações do Casal do Bispo, junto da Aldeia-de-Irmãos, integrada na freguesia de S. Lourenço de Azeitão.

O castelo teria entrado na esfera da monarquia cristã em 1147 (na sequência da conquista de Lisboa e da rendição de Sintra, Almada e Palmela) ou em 1158 (na sequência da conquista de Alcácer do Sal por D. Afonso Henriques). O momento não está cabalmente esclarecido na documentação cristã e os registos analísticos reservam silêncio em relação à sua integração no espaço cristão.

A primeira referência que encontramos a Coina-a-Velha nas fontes medievais cristãs é um diploma de D. Afonso Henriques, datado de novembro de 1184, pelo qual o monarca doou a Bernardo Mendes, cónego da Sé de Lisboa, as igrejas do castelo de Coina, em reconhecimento por este ter povoado o referido castelo: “... *facio kartam donatjonis et perpetue firmitudinis tibi Bernaldo Menendi, canonico Vlixbonensis ecclesie Sancte Marie, de illis ecclesijs que sunt in castello Caune inter Palmelam et Almadanam ...*” (DMP, DR 355). Na subscrição o monarca esclarece os motivos da doação: “... *quas tibi dedi pro populatjone predicti castrum quam mihi fecisti ...*” (DMP, DR 355). Esta doação e este (re)povoamento estarão, certamente, relacionados com a grande incursão de *Abū Ya’qūb Yūsuf I*, em junho de 1184, que levara à conquista de Alcácer do Sal: “*In Era M^a CC^a XX^a II^a Mense iunii vigilia sancti Iohanis Babbiste imperator sarracenorum Aboiac venit cum exercitibus suis et obsedit Scalabi*

castrum et vastavit totam Extrematuram et fui tibi per quinque septimanas.” (PMH, Script.: p. 3). Segundo o registo analítico cristão, a incursão iniciou-se a 23 de junho de 1184 e prolongou-se por cinco semanas.

Em 1191 o Castelo de Coina voltaria a ser atacado, agora pelos exércitos de *Abū Ya’qūb Yūsuf II, al-Manṣūr*, que procurava retaliar a conquista de Silves por D. Sancho I, em 1189. A campanha almóada prolongou-se entre maio e julho de 1191. Segundo Maria João Branco, a rendição do castelo de Coina teria ocorrido depois da queda de Alcácer do Sal, a 10 de junho desse ano (BRANCO 2010, p. 190). Na *Crónica de Portugal de 1419* registam-se esses eventos: “E depois do Pimtecoste, quando os christãoos que moravam nos castelos de Palmela e Coyna e Almada souberom que tão forte lugar como Alcaçer era tomado, desesperarom de se poder ter e leyxarom-nos e fogirom. E veyo o dito Jaco e destroyo os ditos castelos ataa terra e tornou-se a çerquar Çilves ...” (Crónica 1419: p. 101). A festa de Pentecostes comemorou-se, em 1191, no dia 2 de junho (uma vez que a Páscoa foi, nesse ano, a 14 de abril), o que significa que esta passagem da *Crónica de 1419* não entra em contradição com a data sugerida por Maria João Branco para a rendição do castelo de Coina.

Precisamente no início das campanhas militares almóadas, em maio de 1191, reuniu-se em Lisboa um sínodo para tratar da divisão das rendas das igrejas de Lisboa e do seu termo entre o bispo e o cabido da Sé. Por esse documento, publicado por Paul Fridolin Kehr e muito recentemente valorizado por Mário Farello, ficamos a saber que as igrejas de Almada ficaram destinadas ao bispo, enquanto as de Coina e de Palmela foram adstritas ao cabido (FARELO 2023, pp. 111-113 e nota 29). O sínodo de maio de 1191 tem, assim, a particularidade de nos assegurar que, em maio de 1191, a igreja de Coina já existia.

Depois destes eventos, o castelo de Coina volta a ser mencionado no codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho I. Ambos os documentos (testamento e codicilo ao testamento régio) são diplomas sem datação expressa, que têm sido atribuídos a [1188, depois de 24 de março] (DS 30 e DS 31). No entanto, julgamos que eles serão mais tardios, posteriores a dezembro de 1191. Com efeito, no testamento já não se menciona o infante D. Henrique, que faleceu a 8 de dezembro de 1191 (cf. BARROCA 2000: Insc. n.º 195; BARROCA 2017: Insc. n.º 222). Por isso, julgamos que o primeiro testamento de D. Sancho I será posterior a essa data e, obviamente, o mesmo se passa em relação ao codicilo ao primeiro testamento. É nesta alteração parcial das derradeiras vontades do rei que voltamos a encontrar uma referência ao castelo de Coina. Com efeito, D. Sancho I deixou uma verba significativa para a reconstrução das muralhas da Covilhã, de Benquerença (hoje Bragança), de Coina e de Coruche: “*Et in muros de Coviliana et de Benquerentia et de Couna et de Coluche LXXXVI [milia] et XXXV solidi et pipiones.*” (DS 31). O numeral LXXXVI apresenta um traço horizontal por cima, o que significa que seriam 86.000 soldos. No final do diploma as quatro fortificações voltam a ser mencionadas, mas sem acrescentar novas informações.

Nas *Arengas e Memórias Avulsas* de Santa Cruz a acção de D. Sancho I como repovoador de Coina é realçada, embora com lapso ortográfico do escriba no que toca ao topónimo: “... *E elle [D. Sancho I] povorou Covilha e o Castello da Cova [sic] que ora se chamo da Cova Velha, e a povoa de Dom Joham, e a cidade da Guarda, e Bragança, e a Ponte de Vjvas, e Palmella, e Monte Moor e mujtos lugares.*” (PMH, Script.: p. 26; ACBMA: p. 101).

De todas estas referências documentais podemos retirar que o castelo de Coina-a-Velha teria sido atacado em 1184, por *Abū Ya’qūb Yūsuf I*, o que motivou o diploma de D. Afonso Henriques, de 1184, e que teria sido de novo atacado por seu filho, *Abū Ya’qūb Yūsuf II*, em 1191, no âmbito das campanhas militares de resposta à audaciosa (e efémera) conquista de Silves, em 1189. Por essa altura, e de acordo com as decisões do sínodo de Lisboa, a igreja de Coina já existia. A estes últimos eventos militares dirão respeito as referências no codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho I e no elogio póstumo do monarca, quando ele é apontado como povoador de, entre outras localidades, Coina-a-Velha.

Por isso, não temos a certeza da legitimidade da posição assumida por Joaquim Rasteiro, que entendia que o castelo teria sido destruído em 1191, com a grande incursão de *Abū Ya'qūb Yūsuf II, al-Mansūr*, não tendo sido depois reconstruído (RASTEIRO 1897: p. 42). As disposições do codicilo ao primeiro testamento parecem indicar o contrário, uma vez que foi destinada uma verba significativa para a reconstrução. A destruição que o castelo de Coina apresentava depois de 1191, e que motivou esta decisão régia, reforça, ainda mais, a nossa suposição de que o primeiro testamento de D. Sancho I e o codicilo terão de ser posteriores a 8 de dezembro de 1191.

Mesmo tendo havido tentativa de reconstrução, tudo indica que depois dos eventos dos finais do século XII o *Hisn* de Coina entrou em franco declínio, não voltando a recuperar o interesse estratégico que manifestara em 1184 e 1191.

Uma das visões da evolução geo-estratégica da península de Setúbal, a de José Augusto Oliveira, defende que, a partir da última década do séc. XII, à perda de centralidade de Coina-a-Velha terá correspondido a emergência de Sesimbra (OLIVEIRA 2019: p. 313-314).

Uma bula do papa Honório III, datada de 8 de agosto de 1224, menciona um “*pozum de Couna*” na zona de Palmela: “... *Palmellam cum suis pertinentijs. Pozum de Couna cum suis pertinensijs ...*” (VARGAS 2017: p. 18). José Vargas aventa a hipótese de esse “*pozum de Couna*”, citado imediatamente a seguir a Palmela, corresponder à grande cisterna do castelo de Coina-a-Velha, sublinhando, contudo, a incerteza desta probabilidade (VARGAS 2017: p. 18). Efectivamente, é possível que haja alguma confusão toponímica (*Portum de Couna*, isto é, Coina-a-Nova ?) ou até que o topónimo não seja português. Vargas lembra ainda que antes da doação de Sesimbra à Ordem de Santiago, em 1236, a região de Coina (do alfoz de Sesimbra) esteve nas mãos de vários proprietários livres, alguns dos quais passaram os seus bens ao Mosteiro de S. Vicente de Fora (VARGAS 2017: p. 18). Essa documentação não refere, porém, especificamente, Coina-a-Velha ou o seu castelo.

O senhorio de Coina foi doado em 1271 às “donas” do Mosteiro de Santos, da Ordem de Santiago, pelo mestre Paio Peres Correia. Lê-se na doação: “(...) *damos para todo sempre ao convento das nossas freiras do Mosteiro de Santos, que é termo de Lisboa, Couna que jaz entre Palmela e Almada, com todas suas pertenças (...)*” (VARGAS 2017: p. 19 e 99). Quando se indicam “todas as suas pertenças”, presume-se, à falta de outras informações documentais, que nelas se incluiria o castelo, ao qual as freiras de Santiago não terão prestado atenção por estar em abandono, sem serventia militar, e dele não se extraírem proventos económicos. Numa exposição da Ordem de Santiago a Roma, redigida por volta de 1319 e transcrita posteriormente no *Livro dos Copos*, regista-se que *torres e casas* que a Ordem tinha em Coina estavam arruinadas e necessitavam de ser reedificadas: “... *quedam turris et domus dicti Ordinis que erant in loco que dicitur Couna Ulixbonensi diocese que vix per mille libras sub forma similli reedificari possent in totum ruinis et desolacionibus perierunt ...*” (*Livro dos Copos*, 66, p. 166; VARGAS 2017: p. 16). Se intuirmos que as “torres da Ordem” se podem identificar como estruturas do castelo de Coina-a-Velha, estaremos perante a única referência trecentista conhecida (VARGAS 2017: p. 16).

A verdade é que, para além destas alusões indirectas e considerações interpretativas, lidamos, a partir de finais do século XIII, com um opaco silêncio nas fontes documentais sobre este sítio. As fontes mais tardias também não ajudam muito.

Em documento do século XV, inserto no *Livro dos Copos*, referem-se “*Couna a Velha e [Couna a] Nova*” (VARGAS 2017: p. 17).

No *Numeramento Geral* de 1527 já não encontramos qualquer referência ao castelo de Coina-a-Velha, sinal de que a memória da sua existência se tinha apagado (FREIRE 1906: p. 354-356). J. Rasteiro refere a compra do sítio pelo bispo de Fez, D. Belchior Beliago, em 1545, que aí terá construído residência e será responsável pela nova denominação de “Casal do Bispo” (RASTEIRO 1897: p. 36). O Pe. Luís Cardoso, no seu *Dicionário Geográfico*, organizado a partir do inquérito de

1721, também não tem qualquer referência ao velho castelo, limitando-se a dizer que Coina-a-Velha, aldeia do termo de Sesimbra e da freguesia de S. Lourenço de Azeitão, tinha uma “*hermida de S. Pedro que segundo tradição, he mais antiga que a Igreja paroquial*” (CARDOSO 1747-51: vol. 2, p. 673). Mas no primeiro volume do *Dicionário* deixara um apontamento interessante, declarando: “... *Coina a Velha, aonde há tradição chegavão os barcos, que hoje franqueão a passagem da villa de Coina para a de Lisboa, porque até este sítio chegava o braço do Tejo, que hoje se estende somente até à Villa de Coina; e por este motivo, dizem se chama aquella aldeia, Coina a Velha.*” (CARDOSO 1747-51: vol. 1, p. 728). Mas, sobre as ruínas do castelo, nem uma palavra...

No entanto, as suas ruínas encontram-se mencionadas nas *Memórias Paroquiais* de 1758: “... *E no sítio do Casal do Bispo que fica perto das aldeias, se acha demolido hum castelo que dizem ser do tempo dos mouros, sem nome, e outro na serra, chamado o Castelo de Levide, também demolido.*” (CAPELA, MATOS e CASTRO 2016: p. 708).

4. O REGISTO ARQUEOLÓGICO

Feito o enquadramento para o período islâmico e de termos passado em revista os principais dados documentais sobre o castelo de Coina-a-Velha, é tempo de abordar os testemunhos arqueológicos.

Joaquim Rasteiro, o erudito autor da mais antiga monografia sobre o *Palácio da Bacalhoa* (1895), publicou nas páginas d’*O Archeólogo Português*, um estudo sobre os vestígios arqueológicos da Península da Arrábida, onde encontramos pormenorizados dados para o estudo desta fortificação (RASTEIRO 1897: p. 33-36). Apesar de apenas publicado em 1897, o original foi redigido em 1893 e 1894. Nas suas palavras, “*No extremo sul e mais elevado, estão as ruínas do castello e na sua ponta, que pera alli se alonga, porque faltava a muralha natural dos rochedos, cavou-se um valle, ainda hoje bem visível. A crista do monte, aqui, por aguda, poucos assaltantes comportaria; todavia, como lugar mais fraco, levantou-se nelle uma torre quadrangular de 9 metros por 6 de face para defendê-lo. O assento da torre é de rocha branda, e um maciço de alvenaria, especie de talhamar, que reveste os fundamentos para o lado do fosso (...). A distancia de uns 30 metros d’esta torre, sobre a escarpa leste, vêem-se restos de outra de menores dimensões e parece que aqui tinha fim o castello; no ângulo opposto, um montão de pedras e entulhos mostra ter havido lugar construcção avolumada, talvez outra torre. O recinto pode dizer-se um triangulo de 25 metros de base por uns 40 de altura. Os muros teem 1m,20 de espessura, e, pelo leste, a distancia variável de 2 a 5 metros, conforme a disposição da encosta de declive rápido, há outro muro exterior, que sae do angulo da primeira torre e se extingue proximo da outra extrema. Do lado opposto também se encontram restos de muro exterior.*” (RASTEIRO 1897: p. 34).

Das palavras de Joaquim Rasteiro depreendemos que a fortificação apresentava uma planta sub-triangular, com duas torres nos extremos – uma medindo 9 x 6 metros, outra de menores dimensões –, e que teria uma espécie de barbacã extensa, separada da muralha principal por uma liça com 2 a 5 metros de largura. A planta que agora se divulga apresenta uma configuração que em tudo se adequa às palavras de Joaquim Rasteiro, apenas faltando assinalar a “barbacã”.

Rasteiro refere ainda, no sopé do monte, um conjunto de “*matmoras*”, estruturas que deverão corresponder a silos ou fossas, muito comuns em sítios com ocupação do período islâmico (RASTEIRO 1897: p. 34 e 35).

No centro do castelo o elemento mais destacado seria a sua cisterna, descrita por Rasteiro: “*Quasi a meio do castello vê-se a cisterna, cuja abobada de alvenaria commum está por terra até aos rins, vendo-se-lhe as formas das tábuas dos simplices, que serviram para o seu tecimento. A cisterna mede 8m,40 por 6m,30; tem de alto ao eixo da volta 3m,40 e ao fecho 6m,44. É toda aberta em rocha,*

as paredes são revestidas com emboço ordinário e sobre elle uma camada de cimento composto de cal, saibro e barro cozido reduzido a meudos fragmentos, coberto ainda por um ténue revestimento vermelho, que parece dado a pincel.” (RASTEIRO 1897: p. 35).

Esta descrição à época não foi acompanhada de qualquer planta a qual, porém, já tinha sido levantada anteriormente, em maio de 1887 por António Mendes, Colector da então designada “Comissão dos Trabalhos Geologicos de Portugal”, integrada num conjunto de folhas manuscritas onde descreve os reconhecimentos de campo por si realizados naquele mês.

António Mendes desenvolveu intensa actividade de campo, sob a orientação de Carlos Ribeiro, destacando-se especialmente as explorações de monumentos pré-históricos e a cartografia dos mesmos, onde adquiriu competências próprias, tão bem evidenciadas nas explorações das célebres grutas artificiais do Casal do Pardo (Palmela), entre 1876 e 1878 (LEISNER, FERREIRA e ZBYSZEWSKI 1961: p. 8) e, pouco depois, nas realizadas nas furnas do Poço Velho, em Cascais, em 1879, antecedendo a realização, no ano seguinte, da reunião em Lisboa da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia pré-Históricas. A documentação recentemente publicada sobre esta intervenção revela o método e o cuidado com que a mesma foi realizada (GONÇALVES 2008a), a par de muitas outras intervenções asseguradas na prática por António Mendes, como a da gruta de Porto Covo, Cascais (GONÇALVES 2008b) e da gruta da Ponte da Lage, Oeiras, ambas realizadas naquele mesmo ano (CARDOSO 2013: p. 16, 17).

António Mendes constituiu-se, pois, como um dos principais colaboradores de Carlos Ribeiro na década de 1870, estendendo-se a outras regiões do País (CARNEIRO 2005: p. 162), com especial incidência no domínio da Arqueologia. Depois do falecimento de Carlos Ribeiro, António Mendes ocupou-se com outros geólogos em temáticas diferentes (CARNEIRO 2005: p. 171), colaborando com Nery Delgado e Wenceslau de Lima nos estudos dos terrenos paleozoicos tanto do Alentejo, como na região do Bussaco, sem contudo deixar de trabalhar em arqueologia, como se evidencia, entre outros, pelo documento que está na origem deste estudo. Esta breve descrição do labor de António Mendes, condutor de obras públicas, permite concluir que as observações e os registos que realizou sobre esta fortaleza devem também ser tidos em consideração.

A descrição que apresenta do Castelo de Coina, como experiente colector e ajudante de arqueólogo que foi, é digna de registo, valorizada pelo magnífico desenho perspectivado por ele elaborado, o qual esteve na origem próxima da realização deste estudo (Fig. 4). Tal documento, bem como a descrição que o acompanha, foi já publicada (SANTOS 1968). Aqui se reproduz de novo, completando a caracterização de Joaquim Rasteiro: *“Ao Oeste de esta grande povoação [Azeitão], próximo a Coina á Velha, numa propriedade do Snr. Duque de Palmela, n´uma piquena cordilheira, está uma fortaleza, que tanto a construção como a planta, que se assemelha a um ferro de engomar como mostro, bem deixa ver que é muito remota, pela extremidade Este que é a parte larga, está defendida pela grande ribeira que ali passa. E na extremidade Oeste, parte estreita, tem um piqueno foço, especie de senja, sem mais esplanada, n´este mesmo lado vesse na piquena muralha, umas pedras salientes, que demonstram servirem de degraus, a figura n. 1, é uma casa sobterreina que pode ser templo a entrada é pelo lado Norte, em frente da entrada principal da fortaleza, qualquer d´estas entradas não exsede a um metro, o tecto d´esta dita casa, tem um abobada destruída, e se bem me recorda é de pedras não aparelhadas, as paredes são de mousaico, como mostro com o exemplar que truce para a Comissão; n´uma das extremidades da parte larga a umas ruínas, que parecem alojamento, figura 2, no sentro também á umas piquenas construções ou estão em ruínas ou então são subterrâneas figura 3, a pique na muralha é em parte de pedras soltas.*

Na escarpa Norte próximo por cima do caminho que condus para o alto á algumas tulhas; não foram exploradas.”

Este documento foi objecto de apreciação ulterior do Eng. Augusto de Mello Nogueira, funcionário dos Serviços Geológicos de Portugal que, na década de 1930 produziu diversos estudos de natureza historiográfica e de carácter arqueológico, com destaque para a publicação, em co-autoria, do espólio funerário de Montelavar, que veio a suportar a definição de um novo horizonte arqueológico, presentemente designado por “Horizonte de Montelavar” (NOGUEIRA e ZBYSZEWSKI 1943). Com base no relato de António Mendes, A. de Mello Nogueira redigiu descrição mais sintética. Da mesma forma, o desenho por si executado a caneta de tinta permanente sépia é uma simplificação do anteriormente realizado, tendo porém a vantagem de destacar os elementos construtivos principais, razão pela qual se publica agora pela primeira vez (Fig. 5).

Comparando a descrição e a planta de António Mendes com a descrição de Joaquim Rasteiro, realizadas pela mesma altura, torna-se claro que existem diferenças e convergências que importa assinalar:

- a planta produzida por António Mendes e depois copiada por Mello Nogueira, mostra uma configuração geral que só em parte se adequa às palavras de Joaquim Rasteiro, pois representa uma construção de contorno sub-trapezoidal, e não triangular;

- a referida planta não regista a “barbacã”, constituída pelo muro da fortaleza e por um muro exterior a este, como se depreende da descrição de Joaquim Rasteiro, sendo crível que não tenha sido considerado na planta por o seu autor admitir que não fazia parte do dispositivo defensivo;

- o “templo ?” na descrição e na planta por António Mendes corresponde à segunda torre na interpretação de Joaquim Rasteiro, mais pequena e derruída que a primeira torre, situada no canto sudoeste da fortaleza, e onde esta atingia a sua altitude máxima; a planta registada para esta estrutura parece adequar-se mais a esta última interpretação (de torre) do que à sugestão de António Mendes (que poderia, eventualmente, dizer respeito ao templo já mencionado no sínodo de maio de 1191);

- a primeira torre da descrição de Joaquim Rasteiro foi registada na planta de António Mendes como “Quartéis”, isto é casas da guarnição da fortaleza; as dimensões registadas na planta são condizentes com as indicadas por Joaquim Rasteiro, possuindo na base as dimensões de 9 por 3 m. Deste modo, e porque se considera que tais dimensões são mais consentâneas com os referidos “quartéis” do que com o embasamento de uma torre, e ainda porque na planta os mesmos possuem uma divisória interior, ou septo, e entradas independentes, admite-se que a interpretação de António Mendes é mais consentânea com a realidade observada;

- a construção enterrada, referida por António Mendes, deve reportar-se à cisterna, registada na planta com três pequenos quadrados descritos na legenda de forma interrogada como “Depositos de agua”, o que estaria consonante com a sua interpretação como aberturas, existentes no fecho da abóboda da mesma, para se aceder à água. Tal atribuição estaria, por outro lado, de acordo, com a total omissão à existência da cisterna feita por António Mendes, que, ao tempo, ou seja, em maio de 1887 ainda não se apresentava com a cobertura desmoronada, como bem refere Joaquim Rasteiro, sendo um dos elementos mais representativos e grandiosos do conjunto edificado. Assim sendo, é de admitir que, entre a execução da planta por António Mendes, em maio de 1887, e a visita de Joaquim Rasteiro, provavelmente uns anos depois, cerca de 1893/1894, terá a cobertura da mesma sido demolida, ou colapsado, o que explica as duas realidades observadas do mesmo edifício, conclusão reforçada por ambos o reportarem ao espaço central do interior da fortificação, onde de facto se situa;

- enfim, importa ter presente a referência a um fosso que acompanharia, pelo menos em parte, as muralhas da fortaleza, o qual é assinalado na descrição de Joaquim Rasteiro no sector exterior do canto sudoeste desta, na adjacência da torre de maiores dimensões, enquanto que a planta e a descrição de António Mendes apenas o referem e reproduzem no lado oposto da mesma, isto é, no sector de menor defensabilidade, onde apresenta um contorno arqueado em meia-lua, claramente definido na planta de António Mendes.

Em visita ao local realizada por um dos signatários (J. L. C.) em 1985, no âmbito de um trabalho de síntese sobre estruturas hidráulicas romanas do sul de Portugal (QUINTELA, CARDOSO e MASCARENHAS 1986), e apesar de densa vegetação que cobria a superfície de todo o recinto, cuja morfologia foi profundamente alterada pela construção de uma moradia e de uma piscina anexa (de onde provieram, segundo informações dos proprietários, os materiais romanos observados, então expostos numa das salas térreas da mesma), avultava a cisterna, anteriormente descrita por Joaquim Rasteiro, estando correctas as dimensões por este apresentadas (8,4 m x 6,3 m); tal como referido por este; o fecho da estrutura “*era constituído por uma abóbada de volta inteira, da qual restam apenas os arranques laterais, ainda com impressões das tábuas dos simples que serviram para a sua construção*”. A altura máxima desta cisterna no eixo é de 3,4 m.

As paredes laterais apresentam-se revestidas de argamassa e recobertas ainda por uma tênue película de material mais fino com engobe vermelho. A ligação entre as paredes verticais é feita por uma superfície arredondada, talvez com a finalidade de facilitar a limpeza (a ligação com o fundo não é visível actualmente devido à espessa vegetação e entulhos) (QUINTELA, CARDOSO e MASCARENHAS 1986: p. 139). Estes aspectos construtivos foram então documentados. Numa das fotografias então realizadas, reconhecem-se, além de estas características, os alvéolos onde se fixavam os barrotes que serviram à cofragem dos simples (Fig. 6).

No respeitante à sua cronologia, foi então admitida a possibilidade de ser de origem romana, antecedendo uma reconstrução antiga, de época medieval. Tal possibilidade encontra-se consubstanciada, como se disse, pela grande quantidade de materiais romanos recolhidos no local, incluindo ânforas. No entanto, “*certas analogias com cisternas reconhecidamente muçulmanas, como a de Aljezur, levam a considerar também a hipótese de origem muçulmana*” (QUINTELA, CARDOSO e MASCARENHAS 1986: p. 139). Algumas semelhanças encontram-se igualmente na cisterna da alcáçova do castelo de Palmela e noutras do al-Andalus, nomeadamente do levante espanhol. De facto, a tipologia deste aljibe (*al-yubb*) de Coina-a-Velha é comum nos receptáculos das águas da chuva do período islâmico, na sua forma mais simples: uma estrutura de planta rectangular, com uma só nave, coberta de abóboda de meio canhão e impermeabilizada.

Em visita realizada ulteriormente ao local, por outro de nós (I. C. F. F.), em 1996, verificou-se que a aparência da cisterna pouco diferia da registada onze anos antes (Fig. 7), com as paredes interiores revestidas a pigmento de cor vermelha, à base de resina e óxidos e argilas vermelhas, tendo em vista combater o processo de eutrofização da água (FERNANDES, 2004: p. 56) e garantir a estanquicidade da cisterna. A grande dimensão do aljibe de Coina-a-Velha é de destacar, parecendo constituir, por si só, um indicador da importância deste castelo.

Na visita de 1996 foram registados restos de estruturas no interior do recinto amuralhado (Fig. 7 e 8) e recolhidos, em prospecção de superfície, para além de alguma cerâmica comum romana, já atrás referida, fragmentos de cerâmicas medievais islâmicas, medievais cristãs e modernas. As que identificámos como sendo do período islâmico (Fig. 9 e 10), são quase todas formas fechadas (à excepção de uma porção de alguidar – Fig. 9 [6]), correspondentes a painéis e jarros (ou cântaros), com cronologia omíada e posterior. Um dos fragmentos apresenta bandas pintadas a branco (Fig. 10 [4]) (FERNANDES 2004: p. 57-58 e fig. 43-44; BUGALHÃO e FERNANDES 2012: p. 83).

5. CONCLUSÃO

O castelo de Coina-a-Velha corresponde a uma estrutura militar que terá sido erguida em época omíada, de planta trapezoidal alongada, com a base menor voltada a Ocidente e a maior voltada a Este, construída num local alto e de evidente interesse estratégico, por controlar a circulação de pessoas e de bens de sul e do litoral adjacente, aproveitando a ribeira de Coina, para o norte, até ao

estuário do Tejo, nos dois sentidos. A distância entre as duas faces laterais da fortificação seria de cerca de 30 metros, unidas por duas muralhas rectilíneas, correspondentes aos lados do trapézio. Do lado norte, próximo do extremo ocidental, situava-se a porta de ingresso, desprovida de torreões (como, de resto, toda a fortificação). Do lado interno desta, já no pátio, regista-se uma cisterna de estrutura rectangular enterrada, com a abóbada abatida, ou demolida provavelmente entre 1887 e 1893/1894, já que na planta de António Mendes, no seu lugar, são indicadas três pequenas estruturas de planta quadrangular interpretadas como “Depósitos de Água”, e que corresponderiam às aberturas, então existentes, que permitiam a aeração do interior da cisterna e o acesso à água.

Por outro lado, a hipótese de uma outra estrutura indicada na referida planta corresponder a um “Templo”, não é apoiada pelo facto de se tratar de um espaço único, sem diferenciação da capela-mor, e sem estar culturalmente orientada (uma vez que se orienta para sul). Deste modo, a sua correspondência à torre da antiga fortaleza, sendo a de menores dimensões, das duas assinaladas por Joaquim Rasteiro, encontra-se justificada. No ângulo sudeste foram cartografadas duas estruturas rectangulares adossadas às muralhas, com a legenda “quarteis”, cuja atribuição a tal funcionalidade é plausível, em vez de corresponderem à torre, conforme considerou Joaquim Rasteiro.

É interessante assinalar a existência na planta de um fosso externo em meia-lua, no lado menor do trapézio, que era o de mais fácil assédio, para além de um outro, situado do lado oposto, mencionado na descrição de Joaquim Rasteiro. Enfim, na legenda desta planta (com uma interessante vista de cavalete na parte superior da folha), regista-se, ainda, que a fortaleza é “sem seteiras (...)”.

Do ponto de vista meramente formal, a planta do castelo de Coina-a-Velha não pode deixar de recordar a planta do castelo de Ourém, mas certamente que, tirando essas semelhanças formais das plantas, muito grande será a distância cultural e cronológica entre as duas estruturas.

Esperamos que este pequeno estudo, através da divulgação de uma planta e de fotografias inéditas, da sistematização dos dados das fontes escritas, arqueológicas e de alguma bibliografia, dos considerandos de enquadramento e interpretativos dos signatários, possa contribuir para que, ao percorrermos a região da Pré-Arrábida, vislumbremos um pouco mais do que a colina onde se situava o importante castelo medieval de Coina-a-Velha.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Documentais:

- ACBMA = *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, Ed. de António Cruz, Porto, BPMP, 1968
- Crónica 1419 = *Crónica de Portugal de 1419*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998
- DMP, DR = *Documentos Medievais Portugueses - Documentos Régios (1095-1185)*, ed. de Rui de Azevedo, vol. 1, tomo 1 e 2, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958-1962
- DS = *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira, Coimbra. Imprensa da Universidade, 1979
- La Description ... = *La Description de l'Espagne d'Ahmad Al-Râzî*, reconstituição do original árabe e tradução de E. Lévi-Provençal, Al-Andalus, Vol. XVIII, C.S.I.C., Madrid-Granada, 1953, pp. 51-108.
- Livro dos Copos = *Livro dos Copos*, transcrição de Paula Pinto Costa et alii, *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 7, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2006
- PMH, Script. = *Portugaliae Monumenta Historica - Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1861

Estudos:

- ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal. Gazzetter*, vol. II, fasc. 2, Warminster, Aris & Phillips
- ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário Jorge (Coord.) (2012), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Figueirinhas
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Lisboa, FCG-FCT
- BARROCA, Mário Jorge (2017), *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. VIII, *Inscriptiones*, tomo 1, *Corpus Epigraphicum Portugalensium (Pars Prima – IX-XII Saecula)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa
- BRANCO, Maria João Violante (2010), *D. Sancho I, o filho do fundador*, Lisboa, Temas & Debates
- BUGALHÃO, Jacinta; e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2012), A Cerâmica Islâmica nas regiões de Lisboa e Setúbal, *Arqueologia Medieval*, vol. 12, Porto, Campo Arqueológico de Mértola, Ed. Afrontamento, pp. 71-89
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; CASTRO, Sandra (2016), *As Freguesias dos Distritos de Lisboa e de Setúbal nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga
- CARDOSO, Pe. Luís (1747-51), *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de todas as cidades, villas ...*, vol. 1 e 2, Lisboa, Régia Oficina Sylviana e Academia Real
- CARDOSO, João Luís (2013), Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma homenagem, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 13, pp. 11-20
- CARNEIRO, Ana (2005), Outside Government Science, 'Not a Single Tiny Bone to Cheer Us UP!' The Geological Survey of Portugal (1857-1908), The Involvement of Common Men, and the Reaction of Civil Society to Geological Research, *Annals of Science*, 62 (2), pp. 141-204
- FARELO, Mário (2023), In the city and countryside. The establishment and definition of the parish network in the Diocese of Lisbon (12th-15th centuries), *Espacio, Tiempo y Forma*, III Série, *Historia Medieval*, vol. 36, Madrid, UNED, pp. 105-122
- FERNANDES, Isabel Cristina F. (2015), Do *ribāt* à comenda: marcas ideológicas e doutrinárias na organização territorial e dos espaços fortificados, in MARTÍNEZ, Carlos de Ayala; e FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coord.), *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular: bases ideológicas e doutrinárias de um confronto (Sécs. X-XIV)*, Lisboa, Edições Colibri e Universidad Autónoma de Madrid, pp. 75-92
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004), *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2004
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005), Aspectos da litoralidade do Gharb al-Andalus. Os portos do baixo Tejo e do baixo Sado, *Arqueologia Medieval*, vol. 9, Porto, Campo Arqueológico de Mértola, Ed. Afrontamento, pp. 47-60
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1906), Povoação de Entre Tejo e Guadiana no XVI Século, *Archivo Histórico Portuguez*, vol. IV, Lisboa, pp. 330-363
- GONÇALVES, Vítor dos Santos (2008a), *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
- GONÇALVES, Vítor dos Santos (2008b), *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
- LEISNER, Vera; FERREIRA, Octávio da Veiga e ZBYSZEWSKI, Georges (1961), *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 8, Nova Série)

- NOGUEIRA, A. Mello (1943), Túmulo da época do bronze, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 24, pp. 95-97
- OLIVEIRA, José Augusto (2019), Vigiar o Tejo, vigiar o mar: a definição dos concelhos de Almada e Sesimbra, in FERNANDES, Isabel Cristina F. e BRANCO, Maria João (Coord.), *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer (1147-1217). Definição e Dinâmicas de um Território de Fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 285-316
- PICARD, Christophe (1997), *La Mer et les Musulmans d' Occident au Moyen Âge (VIIIe -XIIIe siècle)*, Paris, PUF (Col. Islamiques)
- PICARD, Christophe e FERNANDES, Isabel Cristina F. (1999), La défense côtière à l' époque musulmane: l'exemple de la presqu' île de Setúbal, *Archéologie Islamique*, vol. 8, Paris, CNRS - Maisonneuve & Larose, pp. 67-94
- QUINTELA, António de Carvalho; CARDOSO, João Luís; MASCARENHAS, José Manuel (1986), *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*, Lisboa, Ministério do Plano e da Administração do Território
- RASTEIRO, Joaquim (1895), *Quinta e Palácio da Bacalhoa em Azeitão*, Lisboa, Imprensa Nacional
- RASTEIRO, Joaquim (1897), Notícias Archeológicas da Península da Arrábida, *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, vol. III, Lisboa, pp. 1-48
- SANTOS, Maria Cristina (1968), Apontamentos inéditos de António Mendes, *O Archeólogo Português*, 3.ª Série, vol. II, Lisboa, pp. 169-181
- VARGAS, José Manuel (2017), *Foral de Coima - 1516*, estudo, transcrição e notas de José M. Vargas, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro

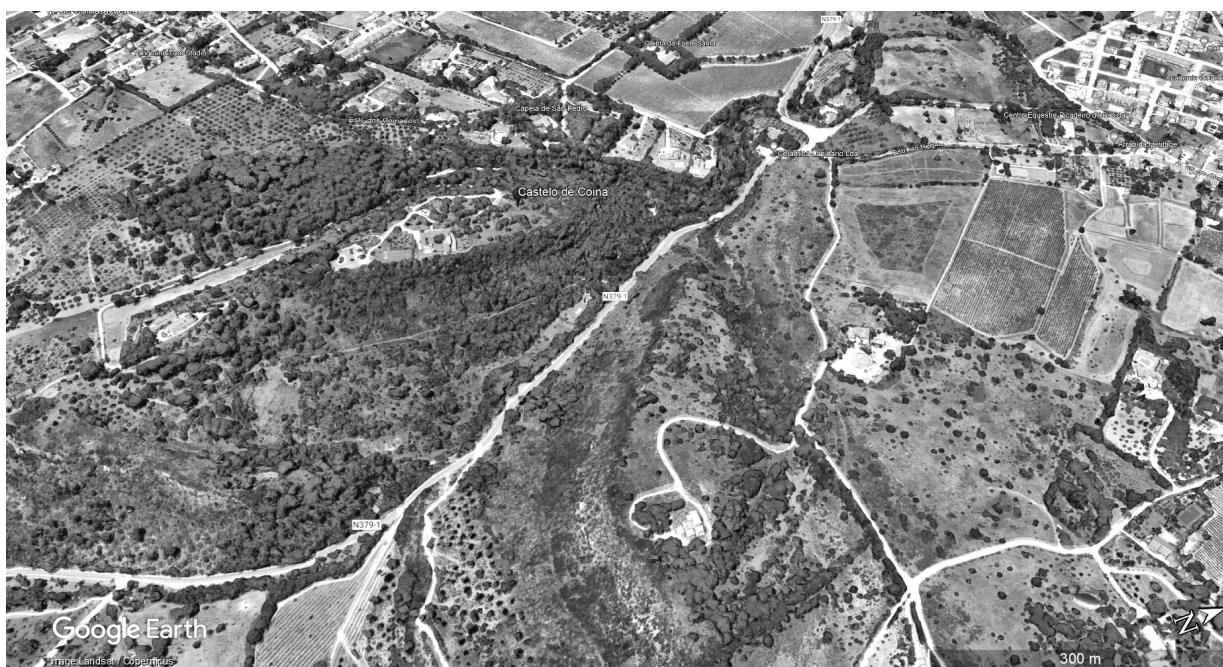


Fig. 1 – Vista aérea oblíqua do castelo de Coina-a-Velha, obtida de leste evidenciando-se a sua implantação em alto isolado, de contorno alongado sub-triangular, correspondente ao antigo recinto muralhado.



Fig. 2 – Vista aérea oblíqua do castelo de Coina-a-Velha, obtida de norte para sul, vendo-se ao fundo o maciço da Arrábida e o mar, a cujo acesso controlava.

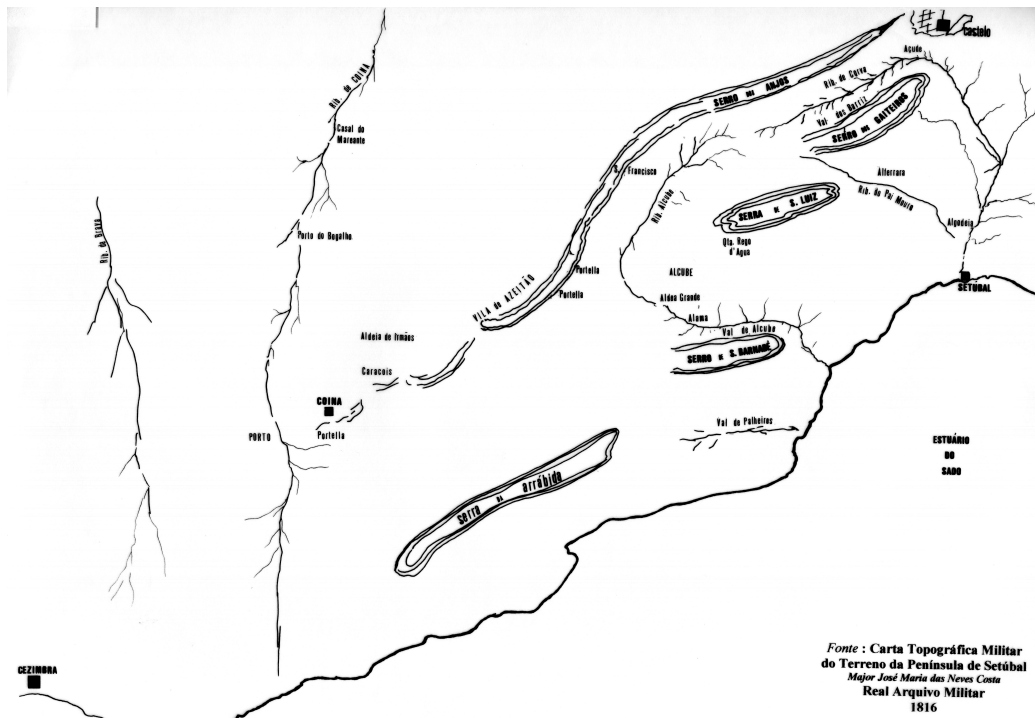


Fig. 3 – Localização de Coima num mapa esboçado a partir da *Carta Topográfica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, de Major José Maria Neves de Costa, 1816.

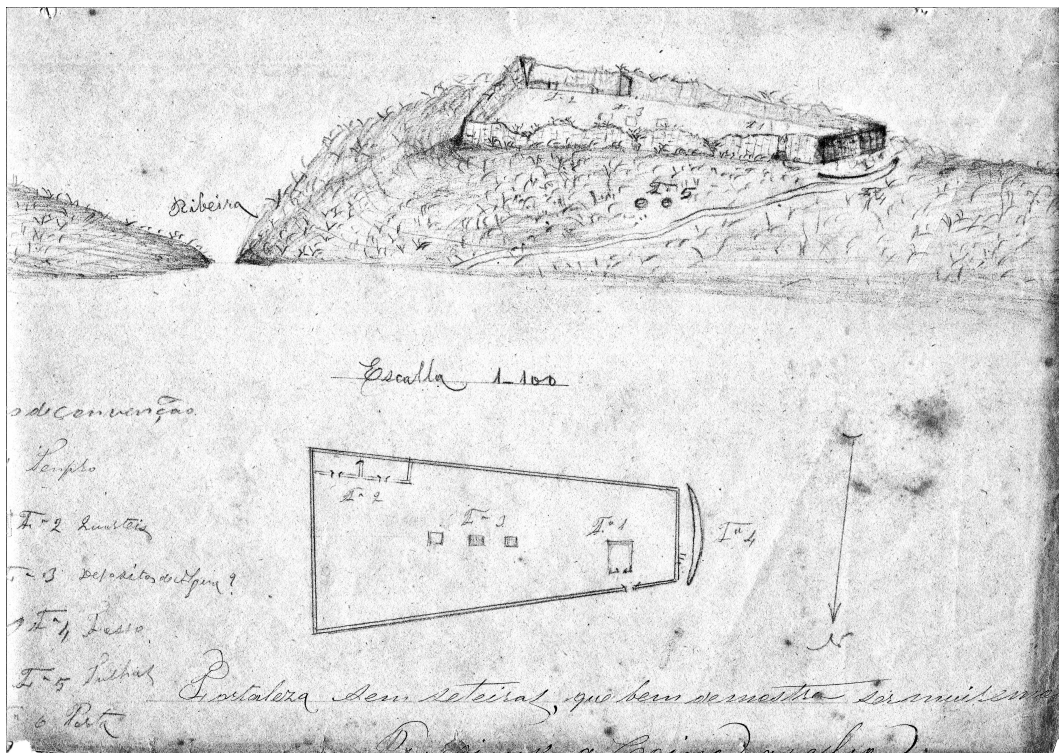


Fig. 4 – Planta e vista perspectivada do castelo de Coima-a-Velha. Desenho a carvão de António Mendes em maio de 1887.

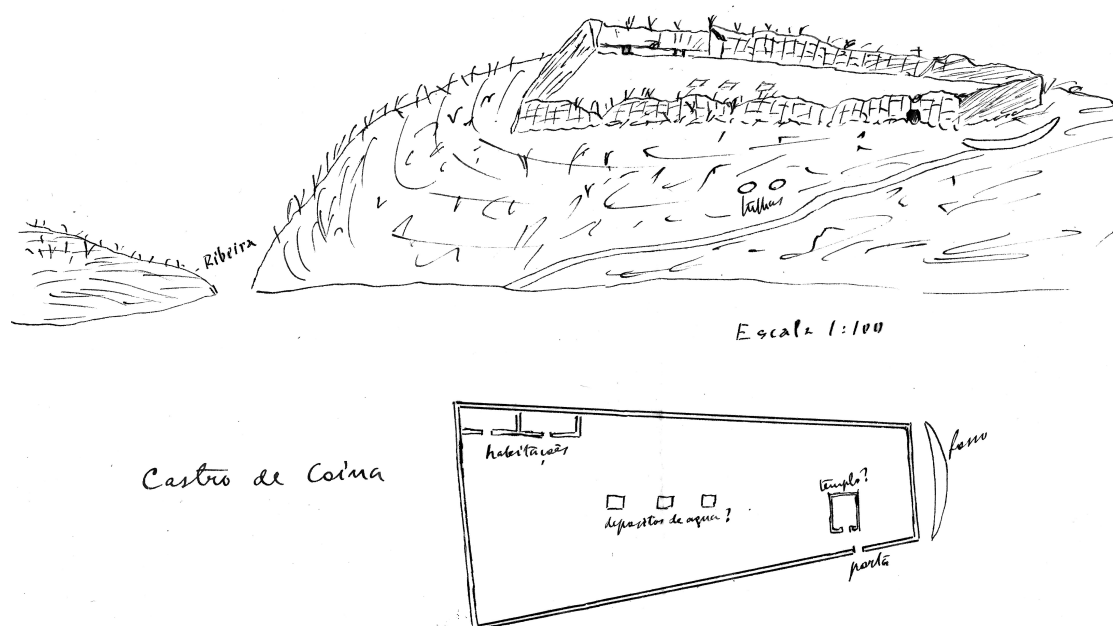


Fig. 5 – Planta e vista perspectivada do castelo de Coima-a-Velha. Desenho a tinta permanente de Augusto de Mello Nogueira da década de 1930, com base no registo realizado por António Mendes.



Fig. 6 – Vista parcial da cisterna fotografada em 1996 (Foto ICFF). Observe-se o revestimento de coloração avermelhada, destinado a assegurar a boa qualidade da água, combatendo a eutrofização e a estagnidade da cisterna.



Fig. 7 e 8 – Estruturas de cronologia incerta, fotografadas em 1996 no interior do Castelo de Coina-a-Velha (Foto ICFF).

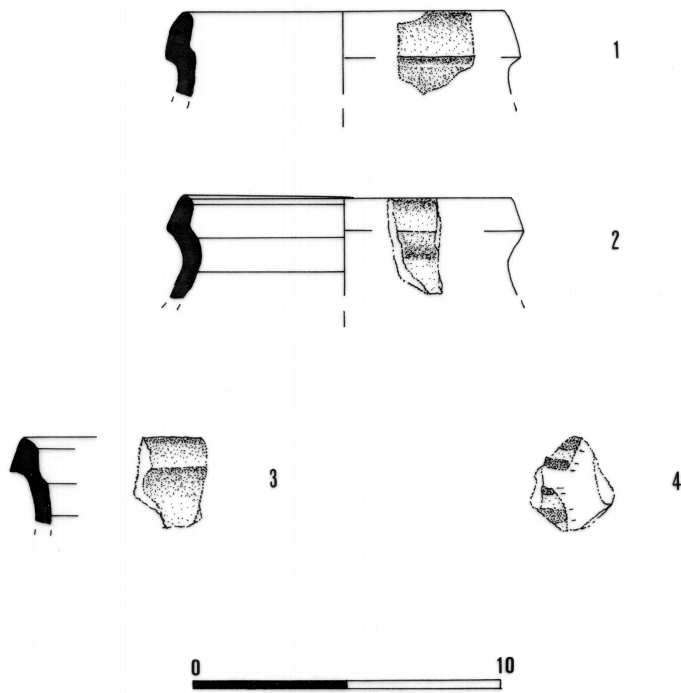


Fig. 9 e 10 – Cerâmicas do período medieval islâmico, recolhidas no castelo de Coina-a-Velha (seg. FERNANDES 2004 - desenhos de A. R. Carvalho).

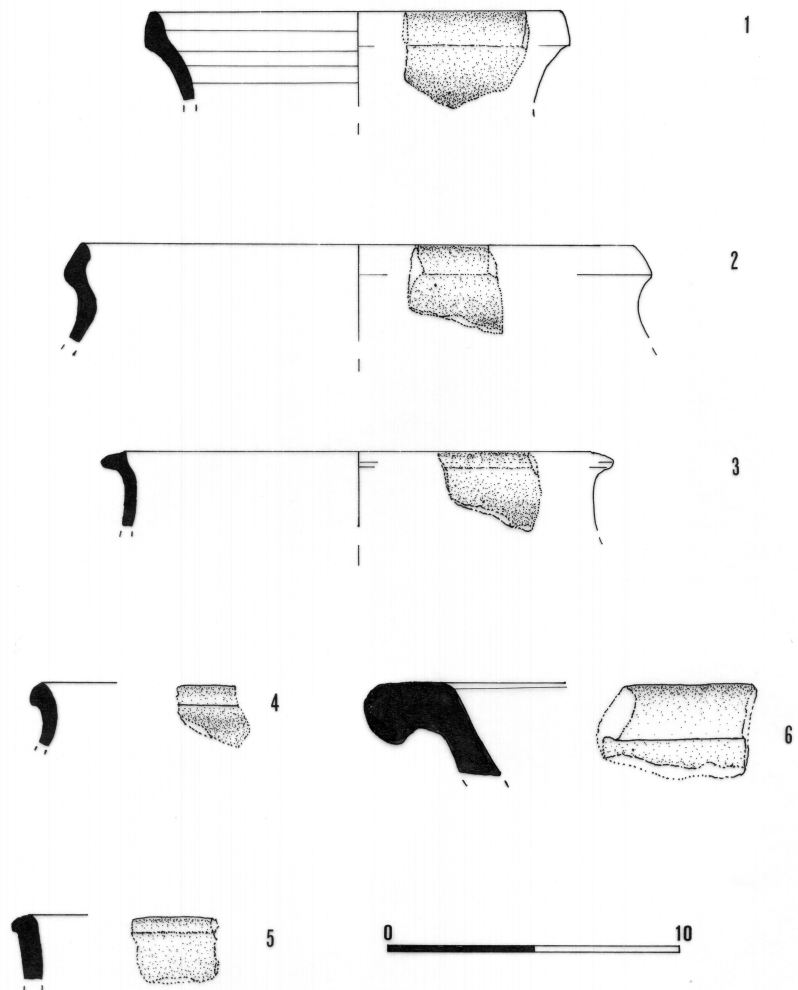




Fig. 11 – A Serra da Arrábida vista do castelo de Coina-a-Velha (1996) (Foto ICFF)